

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Junta de Recursos - SES-MG****Parecer nº 1/SES/GAB-JRECURSOS/2025**

PROCESSO Nº 1320.01.0134931/2021-84

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL**ASSUNTO:** Análise de Recurso Administrativo**AUDITADO:** Sistema Municipal de Saúde/SMS de Viçosa**UNIDADE VISITADA:** Fundação Assistencial Viçosense /Hospital São João Batista**MUNICÍPIO:** Viçosa**SEI:** 1320.01.0134931/2021-84**ATIVIDADE SISAUD:** 722**RECORRENTES:**

- Fundação Assistencial Viçosense/Hospital São João Batista – representada pelo Presidente, Sr. J.M.D. (Pessoa Jurídica);
- Sr. J.A.N. (Pessoa Física);
- Sra. T.B.L.B. (Pessoa Física);
- Sr. M.A.A.V.S. (Pessoa Física).

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria programada, realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) Leste do Sul/Ponte Nova e Centro/ Belo Horizonte, no Sistema Municipal de Saúde de Viçosa, tendo como unidade visitada a Fundação Assistencial Viçosense/ Hospital São João Batista, no período compreendido entre 29/05/2023 a 02/06/2023, para atender ao Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2023.

Referida auditoria teve como foco verificar a adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos financeiros, bem como das ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

Após emissão dos relatórios consolidados de auditoria, foram originados os Ofícios de Notificação SES/GAB/AUDSUS nº 288/2024, 289/2024, 290/2024, 291/2024, 292/2024, 293/2024, 294/2024 e 295/2024, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Relatório Consolidado na Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa / Sistema Municipal de Saúde:

- Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:

1 - Constatação nº 671976 – Não foi celebrado instrumento de repasse com o Hospital São João Batista para transferências dos recursos financeiros da Portaria GM/MS nº 373 de 02/03/2021.

2 - Constatação nº 668523 – A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João Batista.

3 - Constatação nº 668706 – A SMS não apresentou a documentação específica da aplicação dos recursos próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João Batista.

4 - Constatação nº 668538 – A SMS não apresentou documentos de aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos pela SMS destinadas exclusivamente ao Hospital São João Batista para o enfrentamento à COVID -19.

5 - Constatação nº 668698 – Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID-19 destinados ao Hospital São João Batista não estão em conformidade com a legislação vigente.

6 - Constatação nº 668797 – A SMS não realiza acompanhamento da execução dos Termo Aditivos ao Termo de Contratualização nº 01/2017, firmados com o Hospital São João Batista para enfrentamento da COVID-19.

7 - Constatação nº 667723 – A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital São João Batista de Viçosa.

8 - Constatação nº 66781 – A SMS não realiza controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital São João Batista, no atendimento de casos da COVID-19.

9 - Constatação nº 668701 – A SMS não valida os dados e informações referentes à prestação parcial e/ou total de contas do Hospital São João Batista conforme estabelecido em legislação vigente e normas que regulamentam os repasses.

10 - Constatação nº 668714 – A SMS não promoveu os ajustes na PAS 2020 e 2021 inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e as submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

11 - Constatação nº 668716 – A SMS não apresentou os RDQAs ao CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

12 - Constatação nº 668717 – Os Relatórios Anual de Gestão (RAG) de 2020 e 2021 não contemplam as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

13 - Constatação nº 668720 – A SMS não apresentou documentos que comprovam as devidas alterações/complementações na LDO/LOA de 2020 e de 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Relatório Consolidado da Fundação Assistencial Viçosense/Hospital São João Batista:

· Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:

14 - Constatação nº 667138 – O Hospital não atualizou com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

· Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos em consequência das constatações não conformes:

15 - Constatação nº 668806 – O Hospital não utilizou os recursos financeiros, de origem estadual, recebidos para o enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado no Termo de Metas nº 1.432/7.482/2021 e no I Termo Aditivo ao Termo de Metas 1432/7.482/2021 das Resoluções SES/MG nº 7.482 e 7.595 de 2021 e legislação vigente.

16 - Constatação nº 667253 – O Hospital não utilizou os recursos financeiros de origem estadual, recebidos para estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais no enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado no Termo de Compromisso 839/7.461, na Resolução SES/MG nº 7.461/2021 e legislação vigente.

17 - Constatação nº 667191 – Houve ocupação de leito de UTI/SUS COVID adulto por pacientes de convênio/particular nos meses verificados.

PARECER

A Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa não apresentou defesa em 2ª instância, após recebimento do Relatório Consolidado relativo as não conformidades relacionadas ao SMS.

O Sr. M.A.A.V.S. (Pessoa Física), apresentou recurso (92878621) em resposta ao Ofício de Notificação SES/GAB-AUDSUS nº 293/2024, referente ao Relatório Consolidado do Sistema Municipal de Saúde de Viçosa.

A Fundação Assistencial Viçosense, mantenedora do Hospital São João Batista – representada pelo Presidente, Sr. J.M.D. (Pessoa Jurídica), interpôs recurso por meio do Ofício HSJB/FAV nº 16/2024 (94186965).

O Sr. J.A.N. (Pessoa Física), apresentou justificativas (94187880) em resposta ao Ofício de Notificação SES/GAB-AUDSUS nº 291/2024, referente ao Relatório Consolidado do Hospital São João Batista.

A Sra. T.B.L.B. (Pessoa Física); em resposta ao Ofício de Notificação SES/GAB-AUDSUS nº 295/2024, apresentou manifestação (94188544) em relação a não conformidade apontada na constatação nº 667138, período que considerou ser de sua responsabilidade.

Conhecemos dos recursos pela tempestividade e legitimidade dos Recorrentes:

1 - **Constatação nº 671976** – Não foi celebrado instrumento de repasse com o Hospital São João Batista para transferências dos recursos financeiros da Portaria GM/MS nº 373 de 02/03/2021.

Evidência apontada pela auditoria:

“Em análise aos recursos repassados ao Hospital, constatou-se que a SMS não celebrou instrumento para repasse de recursos financeiros provenientes da Portaria GM/MS nº 373 de 02/03/2021 com fundamento na Portaria GM/MS nº 3.300 de 04/12/2020 referente à autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário, mediante solicitações de autorização de leitos analisadas e autorizadas na forma do Anexo II terão efeitos financeiros a partir de fevereiro de 2021, no valor mensal de R\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).”

Da normativa que trata do tema:

- Constituição da República Federativa do Brasil - 1988.

(...)

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. (...)

- Portaria MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde:

(...)

Anexo XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

Art. 34. Os gestores de saúde formalizarão a relação com os hospitais que prestam ações e serviços ao SUS por meio de instrumentos formais de contratualização, independente de sua natureza jurídica, esfera administrativa e de gestão. (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 29).

Parágrafo Único. A contratualização é a formalização da relação entre o gestor público de saúde e os hospitais integrantes do SUS, públicos e privados, com ou sem fins lucrativos, sob sua gestão, por meio de instrumento formal de contratualização. (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 29, Parágrafo Único)

- Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

(...)

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição ou contratação de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.035, de 2020)

(...)

§ 2º Todas as aquisições ou contratações realizadas com base nesta Lei serão disponibilizadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da realização do ato, em site oficial específico na internet, observados, no que couber, os requisitos previstos no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.035, de 2020, com o nome do contratado, o número de sua inscrição na Secretaria da Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de aquisição ou contratação, além das seguintes informações: (Redação dada pela Lei nº 14.035, de 2020)

I – o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato; (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

II – a discriminação do bem adquirido ou do serviço contratado e o local de entrega ou de prestação; (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

III – o valor global do contrato, as parcelas do objeto, os montantes pagos e o saldo disponível ou bloqueado, caso exista; (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

IV – as informações sobre eventuais aditivos contratuais; (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

V – a quantidade entregue em cada unidade da Federação durante a execução do contrato, nas contratações de bens e serviços. (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

VI - as atas de registros de preços das quais a contratação se origine. (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

Manifestação do Sr. M.A.A.V.S. (Pessoa Física):

“Descrição: Não foi apresentada nenhuma constatação de não conformidade relacionada ao nome de M.A.A.V.S.”

3 - Constatação nº 668706 – A SMS não apresentou a documentação específica da aplicação dos recursos próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João Batista.

Evidência apontada pela auditoria:

“A SMS apresentou um Relatório: Prestação de Contas SIOPS 2020 de forma resumida, uma relação de empenhos por fornecedor do ano de 2020 onde constam os valores dos repasses de recursos federais (Portarias) e um empenho global constando apenas o valor total pago, sem identificação das fontes dos recursos destinados ao Hospital São João Batista. A documentação apresentada foi digitalizada de forma aleatória e desagregada; um grande volume de documentos de diversos setores da saúde do Município não relacionados a esta auditoria e em duplicidade, impossibilitando identificar, associar e reunir documentos de despesas que comprovam de forma clara e individualizada, de cada instrumento/repasso de recursos próprios destinados às ações de Média e Alta Complexidade de enfrentamento para a COVID-19. Contudo, o Município de Viçosa aplicou 17,95% no ano de 2020 e 23,17% em 2021 em ações e serviços públicos de saúde, da arrecadação dos impostos a que se refere a Constituição Federal/1988, Arts. 156, 158 e 159 e a Lei Complementar 141/2012, Art. 1º, Inciso II e Art. 7º, conforme dados extraídos do SIOPS de 2020 e de 2021.”

Manifestação do Sr. M.A.A.V.S. (Pessoa Física):

“Descrição: A constatação diz respeito à execução orçamentária, especificamente no contexto da prestação de contas e na aplicação dos recursos próprios para enfrentamento da COVID-19, nas ações de média e alta complexidade.

Justificativa: A devida prestação de contas foi apresentada ao Conselho Municipal de Saúde e devidamente registrada no SIOPS. A prestação de contas do último quadrimestre e o Relatório Anual de Gestão de 2020 devem ser inseridos até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, competindo aos gestores subsequentes o esclarecimento.

Evidência: Todos os termos foram auditados e apresentados em conformidade com as normas e regramentos específicos descritos nas portarias ministeriais.”

4 - Constatação nº 668538 – A SMS não apresentou documentos de aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos pela SMS destinadas exclusivamente ao Hospital São João Batista para o enfrentamento à COVID -19.

Evidência apontada pela auditoria:

“A SMS apresentou um Relatório resumido de repasses destinados ao Hospital São João Batista, sem informação da fonte de recursos; não apresentou documentos que comprovam se houve aquisições de equipamentos, materiais e medicamentos realizadas pela SMS destinados às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID-19 e não apresentou relação de tais aquisições. A documentação apresentada foi digitalizada de forma aleatória e desagregada em arquivos diversos, alguns em duplicidade e em grandes volumes de documentos dos demais setores da saúde do Município não relacionados a esta auditoria, impossibilitando identificar, associar e reunir documentos de despesas de cada instrumento jurídico, de cada processo de compras.”

Manifestação do Sr. M.A.A.V.S. (Pessoa Física):

“Descrição: A constatação menciona a aquisição de materiais e equipamentos a serem disponibilizados para o Hospital São João Batista.

Justificativa: É possível mensurar que os recursos de equipamentos e insumos adquiridos pela Secretaria de Saúde foram devidamente empregados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do município, cumprindo todas as etapas do processo legal, permissível à época. Quanto aos recursos e itens repassados aos hospitais, todos foram devidamente aprovados pelo Conselho de Operações Especiais (COES Viçosa) e pelo Conselho Técnico de Apoio à Especificação de Demandas Técnicas e Conselho Municipal de Saúde de Viçosa. Além disso, o hospital recebeu várias doações de diversas instituições, como a Fundação Plamhuv.

Evidência: Todos os termos foram auditados e apresentados em conformidade com as normas e regramentos específicos descritos nas portarias ministeriais."

5 - **Constatação nº 668698** – Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID -19 destinados ao Hospital São João Batista não estão em conformidade com a legislação vigente.

Evidência apontada pela auditoria:

"Os processos de pagamentos referentes às Portarias 1.393/2020, 1.448/2020, 1.769/2020 e da Resolução SES 7.461/2021 demonstram os repasses integrais dos recursos financeiros ao Hospital São João Batista para execução das ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento da COVID-19 e constam dos seguintes documentos, os quais são referentes às prestações de contas realizadas pelo Hospital: Termo Aditivo 05, 06 e 07 à Contratualização 01/2017; Planos de Trabalho e de aplicação dos recursos de todos os instrumentos que o exigiram (Termos Aditivos das Portarias GM/MS 1.393/2020, 1.448/2020 e Termo de Compromisso 839/Res.SES/MG 7.461); Extratos bancários do FMS, Notas de Empenhos com as devidas liquidações e quitações e Notas Fiscais emitidas pelo Hospital referentes a todos os repasses; Comprovantes de pagamentos e TED/DOC de todos os repasses; No entanto, o restante da documentação apresentada foi digitalizada de forma aleatória, desordenada, desagregada, sem uma triagem para agregar documentos de cada processo, contrato ou repasse, incluindo documentos de todos os setores da secretaria de saúde do Município, documentos de habilitação de empresas, trazendo dificuldades para localizar, associar e reunir os documentos de despesas de cada instrumento jurídico celebrado com o Hospital São João Batista."

Manifestação do Sr. M.A.A.V.S. (Pessoa Física):

Descrição: A constatação de não conformidade sobre os registros contábeis menciona que o processo de pagamento referente às portarias nº 393/2020, nº 1448/2020 e nº 1769/2020 não estaria de acordo.

Justificativa: No período em que atuei como Secretário Municipal de Saúde, o processo de pagamento referente às portarias nº 393/2020, nº 1448/2020 e nº 1769/2020 estava em conformidade, conforme evidências apresentadas nesta constatação. Portanto, a não conformidade relacionada ao nome de M.A.A.V.S deve ser excluída, uma vez que os demais termos não condizem ao período em que atuei como gestor municipal de saúde.

Evidência: Todos os termos foram auditados e apresentados em conformidade com as normas e regramentos específicos descritos nas portarias ministeriais.

A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, estabelece:

(...)

CAPÍTULO III

Da Despesa

(...)

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

(...)

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço. (...)

A Instrução Normativa TCE/MG nº 09/2008, que dispõe sobre as contas anuais prestadas pelos dirigentes das autarquias, fundações, fundos previdenciários e consórcios públicos municipais, contém as seguintes disposições:

(...)

TÍTULO VI

Do Controle Interno

Art. 10 - O controle interno das autarquias, fundações, fundos previdenciários e consórcios públicos deverá atuar visando à fiscalização do cumprimento dos programas e metas estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual, bem como à observância das normas estabelecidas pela Lei Complementar 101/00.

§ 1º - Deverá ser encaminhado, juntamente com a prestação de contas, o relatório emitido pelo órgão de controle interno de cada entidade, instituto ou fundo previdenciário e dos consórcios públicos, vedada a emissão de relatório por empresas de assessoria, auditoria ou consultoria contratada.

§ 2º - O relatório do órgão de controle interno das entidades deverá conter:

I - avaliação dos resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

II - informação quanto à observância dos limites para inscrever as despesas em restos a pagar e quanto aos limites e condições para realizar a despesa total com pessoal;

III - informação quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos; IV - indicação do montante inscrito em restos a pagar e do saldo, na conta Depósitos, de valores referentes a contribuições previdenciárias devidas a instituto ou fundo próprio de previdência, se houver;

V - detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo-se os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) daqueles repassados ao instituto ou fundo próprio de previdência, se houver;

VI - avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência, se houver, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a atualização da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas;

(...)

Plenário Governador Milton Campos, em 03 de dezembro de 2008. Elmo Braz Soares Conselheiro-Presidente (Minas Gerais, de 23.12.08)

6 - Constatação nº 668797 – A SMS não realiza acompanhamento da execução dos Termos Aditivos ao Termo de Contratualização nº 01/2017, firmados com o Hospital São João Batista para enfrentamento da COVID-19.

Evidência apontada pela auditoria:

“A Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa não apresentou documentos que comprovam, no período auditado, o acompanhamento no período de março de 2020 a dezembro de 2021, da execução dos Termos Aditivos à Contratualização nº 01/2017 firmados com o Hospital São João Batista para repasses de recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 e não foi encaminhado o Termo de Entrevista conforme combinado com o Assessor do Secretário de Municipal de Saúde e com o Coordenador do Fundo Municipal de Saúde no encerramento da auditoria operativa, dia 02/06/2023.”

A Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017 estabeleceu:

(...)

Anexo XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

Art. 37. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, representados por suas instâncias gestoras do SUS, são responsáveis pela organização e execução das ações da atenção hospitalar nos seus respectivos territórios, de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP). (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32)

(...)

§ 3º Compete às Secretarias Municipais de Saúde e do Distrito Federal: (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32, § 3º)

(...)

VI - estabelecer a contratualização dos hospitais sob sua gestão e realizar o monitoramento e a avaliação das metas pactuadas no instrumento contratual; (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32, § 3º, VI)

VII - estabelecer mecanismos de controle, regulação, monitoramento e avaliação das ações realizadas no âmbito hospitalar em seu território, através de indicadores de desempenho e qualidade; (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32, § 3º, VII)(...)

Manifestação do Sr. M.A.A.V.S. (Pessoa Física):

“Descrição: A constatação menciona que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) não realizou o acompanhamento dos termos da conta atualização 01-2017, firmados com o Hospital São João Batista para o enfrentamento da COVID-19.

Justificativa: No período em que estive como Secretário Municipal de Saúde, a secretaria possuía um serviço exclusivo para o acompanhamento desses termos, o Departamento de Controle, Avaliação e Regulação. Este departamento, gerenciado pela chefe Josy Fialho Duarte, acompanhou de forma efetiva o contexto apresentado de março de 2020 a dezembro de 2020. Além disso, o setor cumpria rigorosamente as normas técnicas de auditoria do Ministério da Saúde, realizando verificações in loco de todos os serviços executados através da médica auditora Dra. Rita de Cassia Vitarelli e sua equipe técnica. Também é importante mencionar que, no contexto de auditoria e regulação, todas as Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) e suas movimentações eram geridas pela Central de Regulação dos Estados Unidos Gerais, não sendo coordenadas pelo município de Viçosa. Portanto, todos os quesitos de informação de AIH, Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) e autorização foram devidamente cumpridos conforme as normas técnicas do Ministério da Saúde.

*Evidência: * Todas as AIHs da época passaram pelo processo de controle e avaliação e foram devidamente auditadas pela Dra. Rita de Cassia Vitarelli. Portanto, nesta constatação, todos os itens foram apresentados conforme as normas, no período auditado em que atuei como Secretário Municipal de Saúde, de março a 20 de dezembro de 2020.”*

7 - Constatação nº 667723 – A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital São João Batista de Viçosa.

Evidência apontada pela auditoria:

“A SMS de Viçosa não demonstrou o acompanhamento do quantitativo de leitos disponíveis para atendimento dos pacientes com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, bem como relatórios de monitoramento e controle, para acompanhamento para disponibilidade de leitos clínicos e de UTI no Hospital São João Batista, no período de março/2020 a dezembro/2021. Foram apresentados relatórios de Movimento de AIH-HSJB, anos 2020 e 2021 e relatórios SIHD2

das internações na UTI COVID, realizados pelo Hospital São João Batista, no período de setembro/2020 a dezembro/2021. Entretanto não houve análise pela SMS desses relatórios. Em entrevista com o chefe do Departamento de Controle e Avaliação (J.A.R.F.), este informou que realiza o Controle e Avaliação por meio de relatórios gerados pelo Sistema de Informações Hospitalares descentralizados, SIHD2, onde os atos passíveis de apuração se encontram em relatórios (anexados)."

Da normativa específica:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017.

(...)

ANEXO XXVI

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)

(...)

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA NACIONAL DE REGULAÇÃO DO SUS

(...)

Art. 5º A Regulação do Acesso à Assistência efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão por meio de atendimentos às urgências, consultas, leitos e outros que se fizerem necessários contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º)

(...)

II - controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos especializados; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, II)

- Plano de Contingência Operativo da Macrorregião Leste do Sul

(...)

V. SISTEMAS DE APOIO

V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório

(...)

Gestores municipais:

(...)

III. Garantir a gestão intra-hospitalar adequada dos leitos;

IV. Garantir a fidedignidade e tempestividade das informações relativas a ocupação de leitos hospitalares do seu território; e

- Portaria GM/MS nº 2181 de 19 de agosto de 2020, que dispõe sobre o registro obrigatório de internações hospitalares nos estabelecimentos de saúde públicos e privados, em todo o território nacional, durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o registro obrigatório de internações hospitalares nos estabelecimentos de saúde públicos e privados, em todo o território nacional, durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, considera-se internação hospitalar o cuidado prestado ao paciente em local específico dos estabelecimentos de saúde, cuja permanência ultrapasse 24h (vinte e quatro horas) ininterruptas, podendo ser registrada no âmbito dos estabelecimentos de saúde de característica hospitalar ou em qualquer outro estabelecimento que possua leitos de internação.

Art. 2º É obrigatório o registro de todas as internações hospitalares por todos os estabelecimentos com internação de saúde, sejam estabelecimentos públicos ou privados, em todo território nacional.

§ 1º O registro obrigatório deve ser realizado diariamente, mediante a transmissão de informações em sistema disponibilizado pelo Ministério da Saúde, no endereço eletrônico: notifica.saude.gov.br.

§ 2º O registro obrigatório de internações hospitalares conterá, no mínimo, informações sobre:

I – o número de internações de pacientes em leitos clínicos/enfermaria e/ou leitos intensivos (UTI) com suspeita ou confirmação de SRAG/COVID-19;

II – o número de internações de pacientes em leitos clínicos/enfermaria e/ou leitos intensivos (UTI) acometidos por outras patologias;

III – o número de altas hospitalares (saídas) de pacientes suspeitos e confirmados para SRAG/COVID-19 e outras patologias;

IV – quantidade de leitos clínicos/enfermaria e/ou leitos intensivos (UTI) existentes no estabelecimento de saúde disponíveis para SRAG/COVID-19;

V- quantidade de leitos com respiradores.

(...)

§ 4º O registro ficará a cargo dos gestores e responsáveis do estabelecimento de saúde e será fiscalizado pelo gestor de saúde local.

§ 5º O registro obrigatório de internações hospitalares será configurado como censo hospitalar. (...)

Manifestação do Sr. M.A.A.V.S. (Pessoa Física):

“Descrição: A constatação menciona que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) não realizou o acompanhamento da ocupação de leitos para atendimento da COVID-19 no Hospital São João Batista no período de março de 2020 a dezembro de 2020.

Justificativa: Durante o período mencionado, todos os pacientes internados foram devidamente regulados, e o acompanhamento foi realizado conforme as normas técnicas. O setor de regulação, gerenciado por Josi Fialho Duarte, cumpriu todas as questões de acompanhamento do período. Isso pode ser constatado nos próprios relatórios de intervenções de AIH, nos relatórios do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) e do Sistema de Informações Hospitalares e Ambulatoriais (SIHD) das instituições do período informado. Não houve nenhuma internação sem a devida regulação via Central de Regulação da SES MG. Portanto, a não conformidade relacionada a M.A.A.V.S deve ser revista, uma vez que a declaração de um servidor que não atuava no período não pode manifestar pelos fatos da época.

Evidência: Todas as AIHs da época passaram pelo processo de controle e avaliação e foram devidamente auditadas pela Dra. Rita de Cassia Vitarelli. Além disso, a ocupação de leitos era repassada à regional de saúde de forma diária. Portanto, nesta constatação, todos os itens foram apresentados conforme as normas, no período auditado em que atuei como Secretário Municipal de Saúde, de março a 20 de dezembro de 2020.”

8 - Constatação nº 667813 – A SMS não realiza controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital São João Batista, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência apontada pela auditoria:

“A SMS de Viçosa não apresentou relatórios ou documentos de controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital nos casos COVID-19. Em entrevista com o chefe do Departamento de Controle e Avaliação da SMS de Viçosa (J.A.R.F.), este informou que o acompanhamento e as fiscalizações das ações dos prestadores hospitalares são realizados pela CAC (Comissão de Acompanhamento da Contratualização) que faz levantamento quadrimestral das ações pactuadas entre o hospital e o município, realizando avaliações qualitativas e quantitativas, por meio de levantamento e documentos. Informa que visitas in loco são realizadas pela auditoria médica para apurar denúncias e são realizados trabalhos periódicos sobre prestações e atos normativos executados pelo hospital. Relata ainda que o Conselho Municipal de Saúde tem a atribuição de vigilância dos acontecimentos e fatos observados e apurados nos hospitais. O Termo de Contratualização Nº 01/2017 entre o HSJB e a Prefeitura de Viçosa menciona a obrigatoriedade da contratante de estabelecer mecanismo de Controle, regulação, monitoramento e avaliação das ações realizadas pelo hospital, através de indicadores de desempenho e qualidade, bem como a implantação da CAC neste processo, mas nenhum documento foi apresentado pela SMS.”

Da Legislação:

- Resolução CIT nº 4, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP).

(...)

ANEXO I

RESPONSABILIDADES

1. Responsabilidades Gerais da Gestão do SUS

(...)

4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

4.1 Municípios

(...)

n. Monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2/2017.

(...)

Anexo XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

Art. 37. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, representados por suas instâncias gestoras do SUS, são responsáveis pela organização e execução das ações da atenção hospitalar nos seus respectivos territórios, de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP). (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32)

(...)

§ 3º Compete às Secretarias Municipais de Saúde e do Distrito Federal: (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32, § 3º)

(...)

VII - estabelecer mecanismos de controle, regulação, monitoramento e avaliação das ações realizadas no âmbito hospitalar em seu território, através de indicadores de desempenho e qualidade; (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32, § 3º, VII)(...)

(...)

ANEXO XXVI

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)

(...)

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA NACIONAL DE REGULAÇÃO DO SUS

(...)

Art. 10. Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10)

I - executar a regulação, o controle, a avaliação e a auditoria da prestação de serviços de saúde; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, I)

- Portaria MS/SAES nº 245, de 24 de março de 2020, que Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico de infecção pelo COVID-19.

(...)

Art. 5º Competirá ao respectivo gestor do SUS proceder à autorização, controle e avaliação das AIH tituladas com o procedimento 03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS - COVID 19.

- Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar Versão janeiro/2017

(...)

4. Informação do Atendimento Hospitalar no SUS

(...)

4.3 Autorização de AIH

O prazo decorrido entre a internação, solicitação da AIH e a autorização do gestor tanto para os casos eletivos como para casos de urgência, é uma decisão do gestor local. O sistema dá uma advertência para prazos acima de 72 horas, mas não bloqueia ou rejeita a AIH.

No estabelecimento público o autorizador pode ser o diretor clínico, técnico ou outro profissional designado por ele, a critério do gestor. Na rede complementar, o autorizador deve ser vinculado ao gestor. O gestor deve definir as condições e o local para a autorização e emissão do número da AIH. A digitação dos dados da internação pode ser feita mesmo antes de ter o número da AIH e inserir quando for disponibilizado pelo gestor.

São profissionais competentes e responsáveis pelos laudos de solicitação para internação hospitalar:

a. Médicos;

b. Cirurgiões-dentistas nos casos de autorização de procedimentos odontológicos;

c. Enfermeiros obstetras, nos casos de autorização de partos normais realizados por enfermeiro. (...)

Manifestação do Sr. M.A.A.V.S. (Pessoa Física):

Descrição: A constatação menciona que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) não realizou o acompanhamento da ocupação de leitos para atendimento da COVID-19 no Hospital São João Batista no período de março de 2020 a dezembro de 2020.

Justificativa: Durante o período mencionado, todos os pacientes internados foram devidamente regulados, e o acompanhamento foi realizado conforme as normas técnicas. O setor de regulação, era gerenciado por Josy Fialho Duarte, cumpriu todas as questões de acompanhamento do período. Isso pode ser constatado nos próprios relatórios de intervenções de AIH, nos relatórios do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), cadastro de leitos no CNES, do SUSFACIL e do Sistema de Informações Hospitalares e Ambulatoriais (SIH) das instituições do período informado. Não houve nenhuma internação sem a devida regulação via Central de Regulação da SES MG. Portanto, a não conformidade relacionada a M.A.A.V.S deve ser revista, uma vez que a declaração de um servidor que não atuava no período não pode manifestar pelos fatos da época

Evidência: Todas as AIHs da época passaram pelo processo de controle e avaliação e foram devidamente auditadas pela Dra. Rita de Cassia Vitarelli. Além disso, a ocupação de leitos era repassada à regional de saúde de forma diária. Portanto, nesta constatação, todos os itens foram apresentados conforme as normas, no período auditado em que atuei como Secretário Municipal de Saúde, de março a 20 de dezembro de 2020."

"Conclusão

Concluo, então, que todos os recursos repassados à unidade hospitalar, conforme os termos assinados à época, foram devidamente monitorados, acompanhados e, conforme anexos também enviados, os recursos foram auditados no período, no qual foi apresentado de forma preliminar saldos disponíveis para continuidade do serviço de saúde, além da efetividade do acompanhamento. Então, o que posso justificar, no período em que atuei como Secretário Municipal de Saúde, foram cumpridas todas as portarias vigentes, conforme mencionado na conclusão acima, validado no contexto de informações dos bancos de dados contábeis no SIOPS, a regulação feita via SUSFACIL e após procedimentos de controle, avaliação, e auditoria foram inseridos no SIH e demais objetos de informação e transparência do SUS. Reitero meu compromisso com a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos e na execução das ações e serviços de saúde. No período avaliado, a Secretaria de Saúde cumpriu as normativas excepcionais das Portaria Consolidada nº 02/2017, embasada na Portaria nº 3.410 de 2013 e na Portaria nº 396 de 14 de abril de 2000, com todos os itens apresentados no sei documentos nº 79589555, 79589554, 79589553, 79589552, 79589551 e 79589550, conforme contratualização 01/2027 com prazo de encerramento 30 de setembro de 2022. Mesmo em que excepcionalmente, no período de enfrentamento da pandemia de COVID-19, em que a Portaria GM/MS nº 1.393 de 2020 dispensou e flexibilizou a prestação de mestas dos serviços prestadores de saúde para o SUS o município comprovou a sua efetiva fiscalização. Portanto, todas as ações e medidas adotadas pela Secretaria de Saúde de Viçosa estão em conformidade com a legislação vigente e as normas técnicas estabelecidas. Estamos à disposição para fornecer quaisquer informações adicionais que se façam necessárias e para colaborar com as autoridades competentes na resolução das não conformidades apontadas. Agradeço novamente pela oportunidade de aprimorar nossos processos e reafirmo meu compromisso com a conformidade e a melhoria contínua, em alinhamento com os regulamentos e preceitos estabelecidos."

Conforme transcrito, o Recorrente, Sr. M.A.A.V.S. (Pessoa Física), apresentou justificativas para as constatações referentes aos itens 1 (constatação nº 671976), 3 (constatação nº 668706), 4 (constatação nº 668538), 5 (constatação nº 668698), 6 (constatação nº 668797), 7 (constatação nº 667723) e 8 (constatação nº 667813).

Extrai-se das justificativas apresentadas, argumentações no sentido de que toda a normativa que sustentou as constatações não conformes foram cumpridas à época, sendo os recursos, que foram repassados a unidade hospitalar, devidamente monitorados no período em que exerceu o cargo de Secretário Municipal de Saúde. Ainda de acordo com o Recorrente, não houve nenhuma constatação não conforme relacionada ao seu nome.

Nesse sentido importante transcrever disposições da Lei Federal nº 9784/1999, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

(...)

Art. 9º São legitimados como interessados no processo administrativo:

I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

A Lei nº 14.184/2002, que trata do procedimento administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, contém as seguintes disposições:

(...)

"Dos Interessados

Art. 6º – No processo administrativo, consideram-se interessados:

I – a pessoa física ou jurídica titular de direito ou interesse individual ou que o inicie no exercício de representação;

II – aquele que, sem ter dado início ao processo, tenha direito ou interesse que possa ser afetado pela decisão adotada; (...)

Art. 8º – O postulante e o destinatário do processo têm os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhes sejam assegurados: (...)

II – ter ciência da tramitação de processo de seu interesse, obter cópia de documento nele contido e conhecer as decisões proferidas;

Referida legislação foi citada, a título de fundamentação, quando da emissão do ofício de notificação (Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 293/2024), o qual traz clareza no sentido de que as penalidades e/ou medidas corretivas eventualmente impostas, recaem sobre a pessoa(s) jurídica(s) auditadas.

Assim sendo, nosso entendimento é no sentido de que as argumentações apresentadas pelo recorrente não se mostraram suficientemente aptas a afastar as irregularidades identificadas pela equipe de auditoria, ante a falta de suporte probatório válido a sustentá-las. Nesse sentido, e considerando, ainda a ausência de manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, opinamos pela manutenção das penalidades aplicadas ao SMS auditado.

Observa-se que não houve manifestação em relação às não conformidades indicadas nos itens 2 - Constatação nº 668523, 9 - Constatação nº 668701, 10 - Constatação nº 668714, 11 - Constatação nº 668716, 12 - Constatação nº 668717 e 13 - Constatação nº 668720, situação em que não serão objeto de análise desta Junta de Recursos.

· **Relatório Consolidado do Hospital São João Batista:**

14 - **Constatação nº 667138** – O Hospital não atualizou com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

Evidência apontada pela auditoria:

“A instituição apresentou Censos diários dos todos os meses do período auditado, meses de maiores negativas, março e abril/2021, com o quantitativo de paciente/dia internados, taxa de ocupação dos leitos, quantitativo de leitos existentes, taxa de mortalidade, taxa de rotatividade dos leitos, média de permanência de pacientes, referentes às internações na UTI COVID Adulto. Nestes Censos verificou-se que em alguns dias, os quantitativos de leitos ocupados eram diferentes do verificado em livros de anotações diárias da equipe de enfermagem do CTI-2. Conforme análise do sistema CNES e deliberações CIB/SUS, existiam 9 leitos UTI II ADULTO COD. 75, sendo 6 leitos SUS e 3 leitos convênio/particular, além de 10 leitos UTI II ADULTO- SRAG, Código 51, disponíveis durante todo o período de abrangência da auditoria. Nos Relatórios de Negativas do SUSfácil analisados foi verificado que houve negativa de reserva de leito, com os seguintes motivos das negativas: Recursos indisponíveis e não há leito disponível, no entanto verificou-se que em alguns dias haviam leitos SUS disponíveis, conforme ANEXO 7- Relação dos Prontuários referentes às internações pelo procedimento 03.0301.022-3 Tratamento pelo Coronavírus COVID19 que utilizaram leitos UTI Adulto, nos meses de março e abril/2021.”

Da normativa que fundamentou a constatação não conforme:

- Resolução SES/MG nº 7.160, de 17 de julho de 2020, que autorizou a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, previstos na Portaria nº 395, de 16 de março de 2020.

(...)

Art. 6º - Os hospitais deverão, obrigatoriamente, manter atualizadas todas as informações inerentes às operações do sistema SUSfácilMG, envolvendo o quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos.

Parágrafo único – Também deverá ser realizada a atualização permanente do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES/DATASUS, com inclusão das informações relativas ao quantitativo de leitos e equipamentos existentes, conforme os termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017.

As Resoluções SES/MG nº 7.295/2021 e nº 7.770/2021, contém disposições no mesmo sentido.

- Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017

(...)

Anexo XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

Anexo 2 do Anexo XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DOS HOSPITAIS

(...)

Seção I

Do Eixo de Assistência

(Origem: PRT MS/GM 3410/2013, CAPÍTULO III, Seção I)

Art. 7º Quanto ao eixo de assistência, compete aos hospitais: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 7º)

(...)

V - realizar a gestão de leitos hospitalares com vistas à otimização da utilização; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 7º, V)

- Portaria GM/MS nº 2.181, de 19 de agosto de 2020, que dispõe sobre o registro obrigatório de internações hospitalares nos estabelecimentos de saúde públicos e privados, em todo o território nacional, durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o registro obrigatório de internações hospitalares nos estabelecimentos de saúde públicos e privados, em todo o território nacional, durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, considera-se internação hospitalar o cuidado prestado ao paciente em local específico dos estabelecimentos de saúde, cuja permanência ultrapasse 24h (vinte e quatro horas) ininterruptas, podendo ser registrada no âmbito dos estabelecimentos de saúde de característica hospitalar ou em qualquer outro estabelecimento que possua leitos de internação.

Art. 2º É obrigatório o registro de todas as internações hospitalares por todos estabelecimentos com internação de saúde, sejam estabelecimentos públicos ou privados, em todo território nacional.

§ 1º O registro obrigatório deve ser realizado diariamente, mediante a transmissão de informações em sistema disponibilizado pelo Ministério da Saúde, no endereço eletrônico: notifica.saude.gov.br.

§ 2º O registro obrigatório de internações hospitalares conterá, no mínimo, informações sobre:

I - o número de internações de pacientes em leitos clínicos/enfermaria e/ou leitos intensivos (UTI) com suspeita ou confirmação de SRAG/COVID-19;

II - o número de internações de pacientes em leitos clínicos/enfermaria e/ou leitos intensivos (UTI) acometidos por outras patologias;

III - o número de altas hospitalares (saídas) de pacientes suspeitos e confirmados para SRAG/COVID-19 e outras patologias;

IV - quantidade de leitos clínicos/enfermaria e/ou leitos intensivos (UTI) existentes no estabelecimento de saúde disponíveis para SRAG/COVID-19; e

V - quantidade de leitos com respiradores.

(...)

§ 4º O registro ficará a cargo dos gestores e responsáveis do estabelecimento de saúde e será fiscalizado pelo gestor de saúde local.

§ 5º O registro obrigatório de internações hospitalares será configurado como censo hospitalar.

15 - **Constatação nº 668806** – O Hospital não utilizou os recursos financeiros, de origem estadual, recebidos para o enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado no Termo de Metas nº 1.432/7.482/2021 e no I Termo Aditivo ao Termo de Metas 1432/7.482/2021 das Resoluções SES/MG nº 7.482 e 7.595 de 2021 e legislação vigente.

Evidência apontada pela auditoria:

“Foi constatado que houve bloqueio de recursos e posteriormente pagamento por determinação judicial com recursos das Resoluções 7.482/2021 e 7.595/2021 sem apresentação de toda a documentação referente ao processo judicial que determinou tal medida. 1) Termo de Metas nº 1.432/7.482 de 02/06/2021. Vigência: 02/12/2022. Resolução SES/MG nº 7.482 de 20/04/2021. VALOR: R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais) recebidos integralmente em 16/06/2021. 2) I Termo Aditivo ao Termo de Metas nº 1.432/7.482 de 20/07/2021. Vigência: 20/07/2023. Resolução SES/MG nº 7.595 de 09/07/2021. VALOR: R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais) recebidos integralmente em 19/08/2021. Conta Corrente nº 96140-X, Agência 0428-6/BB. CONTA CORRENTE: nº 96140-X, Agência 0428-6/BB. OBJETO: Custeio das ações de saúde vinculados ao enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção dos leitos de UTI SRAG COVID-19, considerando o número de leitos novos de UTI COVID constantes no Plano de Contingência da grade hospitalar nos meses de março/2021 e maio/2021. Foi acrescido aos recursos da Resolução SES/MG 7.482/2020, através do Termo Aditivo ao Termo de Metas nº 1.432/7482/2021 os recursos no valor de R\$16.000,00 (Dezesesseis mil reais) da Resolução SES/MG nº 7.595/2021, totalizando R\$32.000,00 (Trinta e dois mil reais). Foram executados o valor de R\$16.232,00 (Dezesesseis mil, duzentos e trinta e dois reais) referentes à aquisição de medicamentos nos meses de setembro e outubro/2021, restando o saldo de R\$15.768,00 (Quinze mil, setecentos e sessenta e oito reais). No dia 30/11/2021 foram bloqueados R\$15.768,00 (Quinze mil, setecentos e sessenta e oito reais) em cumprimento de determinação contida na Ordem Judicial nº 20210007448515 protocolado em 29/11/2021 na conta corrente 96.140-X, Agência 048-6, mediante Processo Judicial: 0000460-32.2019.4.01.3823-Tribunal Regional Federal da 1ª Região Comarca Viçosa/MG, cujo montante da Ordem somava R\$819.461,39 (Oitocentos e dezenove mil, quatrocentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos). O hospital apresentou apenas uma cópia simples desta Ordem Judicial sem quaisquer detalhamentos na mesma. No dia 20/12/2021, esse valor de R\$15.768,00 (Quinze mil, setecentos e sessenta e oito reais) foi desbloqueado (Desbloqueio Judicial-BACEN) e foi realizada uma transferência denominada Depósito Judicial. No Relatório de Execução Financeira e Física consta apenas Custeio-Serviços de Terceiros. Não foram apresentados outros documentos referentes a esta Ordem Judicial.”

16 - **Constatação nº 667253** – O Hospital não utilizou os recursos financeiros de origem estadual, recebidos para estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais no enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado no Termo de Compromisso 839/7.461, na Resolução SES/MG nº 7.461/2021 e legislação vigente.

Evidência apontada pela auditoria:

“Termo de Compromisso 839/7.461 de 20/04/2021. Vigência: 6 meses (25/11/2021). DEL CIB-SUS nº 3367 de 31/03/2021. Resolução SES/MG nº 7.461 de 31/03/2021 OBJETO: incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais para o enfrentamento do COVID-19. Estas ações/serviços de saúde serão executadas pelo Hospital São João Batista (CNES: 2099438), doravante denominada ENTIDADE BENEFICIADA. CONTA CORRENTE: nº 226-7, Agência 9.133-2/BB. VALOR: R\$200.000,00 (Duzentos mil reais). A SMS transferiu em 25/05/2021, o valor de R\$200.038,11 (Duzentos mil e trinta e oito reais e onze centavos), diferença de R\$38,11 (trinta e oito reais e onze centavos) resultante de aplicação financeira. Os recursos foram executados no valor de R\$201.324,89 (Duzentos e um mil, trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e nove centavos) um acréscimo de R\$1.286,78 (Um mil, duzentos e oitenta e seis reais e setenta e oito centavos) referentes à aplicação financeira. Foram gastos R\$200.698,24 (Duzentos mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) na aquisição de gases medicinais, assistência técnica, cilindros de oxigênio, compressor de oxigênio, compressor de ar, analisador de oxigênio, no período de 19/07/2021 a 22/09/2021. No entanto, foram gastos R\$637,09 (seiscentos e trinta e sete reais e nove centavos) em desacordo com o objeto descrito no Plano de Trabalho e Plano de Aplicação dos Recursos: -Tarifas mensais de manutenção de conta corrente: R\$54,95 nos meses de junho, julho, agosto e setembro: Total: R\$219,80 (Duzentos e dezenove reais e oitenta centavos); -Tarifa sobre transferências realizadas por DOC/TED, 12 (doze) tarifas no valor de R\$10,45 e 2 (duas) tarifas no valor de R\$1,20, totalizando R\$127,80 (Cento e vinte e sete reais e oitenta centavos); -Imposto de Renda sobre aplicação financeira (BB Renda Fixa Referenciado DI PLUS ÁGIL): R\$83,25 + R\$52,20 + R\$154,04: Total: R\$289,49 (Duzentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos).”

Da legislação aplicável:

- Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispunha sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde.

(...)

CAPÍTULO IV

DA FORMALIZAÇÃO

Art. 9º – É vedada a inclusão, tolerância ou admissão, no Termo de Metas firmado com a entidade privada filantrópica ou sem fins lucrativos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

(...)

III – a utilização em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

(...)

Art. 11 – O Termo de Metas e o de Compromisso deverão ser fielmente executados pelas partes, de acordo com as cláusulas acordadas e com a legislação em vigor, respondendo cada parte pelas responsabilidades assumidas.

CAPÍTULO V

DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 12 – A utilização dos recursos financeiros transferidos por meio de termos, assim como dos rendimentos auferidos em aplicações financeiras, somente poderá ocorrer de acordo com o previsto no instrumento que originou a liberação, no cumprimento do objeto pactuado.

Parágrafo único – Eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira não utilizados em observância ao caput deverão ser restituídos ao FES ao final da execução do termo, no ato da apresentação do processo de acompanhamento, controle e avaliação, exceto saldos apurados ao final da execução de termos destinados à execução dos programas de saúde, que se incorporarão à execução do termo respectivo subsequente.

Art. 13 – Os recursos transferidos pela SES, enquanto mantidos nas contas bancárias específicas, cuja previsão de utilização for inferior a trinta dias, deverão ser aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, ou ainda em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, caso a previsão de utilização seja igual ou superior a trinta dias.

Art. 14 – Os pagamentos deverão ocorrer por meio da conta específica do termo por emissão de cheque nominativo, ordem de pagamento ao credor ou outro meio que comprove o destino do recurso, para quitação de despesa devidamente comprovada por respectivo documento fiscal.

§ 1º – Todos os documentos de despesas realizadas deverão ser emitidos em nome da entidade, devendo estar corretamente preenchidos e sem rasuras, constando, inclusive, o número do Termo de Metas que acobertou tais despesas.

(...)

Art. 15 – A execução do termo deverá ocorrer integralmente dentro da vigência do Termo de Metas, podendo ocorrer aditamento na forma prevista neste Decreto.

- Resolução SES/MG nº 7482/2021.

Art. 1º – Autorizar a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID-19, a título de incentivo emergencial e temporário.

Parágrafo único – Os recursos de que trata esta Resolução serão distribuídos em parcela única.

(...)

Art. 3º – Para o cômputo do valor do incentivo foram considerados:

I – o quantitativo de novos leitos de UTI constantes na grade hospitalar do Plano de Contingência no mês de março, com exceção dos leitos habilitados e autorizados pelo Ministério da Saúde durante os dias do mês em que estava vigente a portaria ministerial;

(...)

Art. 5º – O recurso financeiro de que trata esta Resolução será repassado observada a legislação aplicável e a natureza jurídica dos beneficiários, da seguinte forma:

I – para os hospitais privados sem fins lucrativos: os recursos previstos nesta Resolução serão repassados diretamente pelo Fundo Estadual de Saúde, mediante a formalização de Termo de Metas no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SiG-RES), ou outra forma definida pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), independentemente da gestão dos prestadores de média e alta complexidade;

(...)

Art. 8º – O prazo para execução dos recursos financeiros previstos nesta Resolução será de, no máximo, 12 (doze) meses, contados da data do efetivo recebimento do recurso pelo beneficiário.

§1º – Os rendimentos provenientes de saldo de aplicação financeira devem ser utilizados de acordo com o previsto nesta Resolução.

§2º – Os valores que não forem executados no prazo estabelecido deverão ser restituídos ao Fundo Estadual de Saúde, no ato da apresentação do processo de acompanhamento, controle e avaliação.

- Resolução SES/MG nº 7.595, de 9 de julho de 2021:

Art. 1º – Autorizar a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID-19, a título de incentivo emergencial e temporário.

Parágrafo único – Os recursos de que trata esta Resolução serão repassados em parcela única.

(...)

Art. 9º – Os procedimentos para a verificação da adequada execução financeira observarão o disposto no Decreto Estadual n.º 45.468, de 2010, e na Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, ou em Regulamento(s) que vier(em) a substituí-lo(s).

Parágrafo único – Os beneficiários deverão inserir e validar os dados referentes à prestação de contas no Sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, nos termos dos normativos vigentes.

Art. 10 – Os beneficiários devem manter arquivados os documentos relacionados no art. 25 do Decreto Estadual n.º 45.468/2010, relacionados ao Termo de Compromisso ou de Metas pelo prazo de dez anos, contado da data em que foi aprovado o processo de prestação de contas.

Parágrafo único – Constatadas irregularidades, o processo será baixado em diligência pela SES/MG, sendo fixado prazo de trinta dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas ou a devolução dos recursos liberados, atualizados monetariamente, sob pena da instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar n.º 102, de 17 de janeiro de 2008.

17 - Constatação nº 667191 – Houve ocupação de leito de UTI/SUS COVID adulto por pacientes de convênio/particular nos meses verificados.

Evidência apontada pela auditoria:

“O Hospital São João Batista é entidade filantrópica, sem fins lucrativos, com atendimento de internação privada/SUS. Possuía 10 leitos de UTI Adulto SRAG COVID-19, sendo todos SUS. Os dados do SCNES referentes às habilitações e histórico dos leitos de UTI /COVID-19/Adulto e do Plano de Contingência da Macrorregião Leste do Sul, conforme Deliberação CIB/SUS-MG nº 3.168/2020 e atualizações mostram que o Hospital São João Batista apresentou conforme a Grade Hospitalar de leitos UTI adulto para enfrentamento à COVID-19, no período de março/2020 a dezembro/2021, o mesmo quantitativo de 10(dez) leitos UTI Adulto COVID SUS, detalhados no Anexo 5. A ocupação dos leitos de UTI/COVID-19 adultos, foi avaliada conforme amostragem, sendo considerados os 2 meses com maior número de negativas de internação, conforme Relatório de Solicitações de Internações Negadas extraído do SUS-Fácil, sendo estes, os meses de março e abril/2021. Foram analisados 59 prontuários e confrontando-os com os livros de Passagem de Plantão de Enfermagem- CTI 2, verificou-se a admissão de 03 pacientes provenientes de convênio/particular (Anexo 07), nos períodos de 01/03/2021 à 02/03/2021(1 diária), de 02/03/2021 a 09/03/2021(07 diárias) e 05/03 a 09/03/2021(04 diárias). Assim sendo, foram identificadas 12(doze) diárias de internação por convênio AGROS em leitos SUS, nos meses analisados, descritos no Anexo 06 e 07, leitos esses, que foram habilitados pelo MS, através das Portarias GM/MS nº 1769/2020 e GM/MS nº 373/2021.”

Da normativa específica:

- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências

(...)

TÍTULO III

DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

CAPÍTULO I

Do Funcionamento

(...)

Art. 22. Na prestação de serviços privados de assistência à saúde, serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto às condições para seu funcionamento. (...)

- Portaria GM/MS nº 373, de 2 de março de 2021, que dispunha sobre os procedimentos para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário.

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário.

(...)

Art. 10. As despesas autorizadas nos termos do Anexo I e II desta Portaria correspondem ao primeiro trimestre de 2021. (...)

- Resolução SES/MG nº 7.482, de 20 de abril de 2021, que autorizou a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID19, a título de incentivo emergencial e temporário.

Art. 1º – Autorizar a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID-19, a título de incentivo emergencial e temporário. (...)

Art. 2º – Estão aptos ao recebimento do recurso financeiro de que trata esta Resolução os estabelecimentos relacionados nos Anexos I, II e III.

§ 1º – Para fins de cálculo do valor do incentivo a ser repassado, foi considerado o número de leitos novos de UTI COVID constantes no Plano de Contingência para enfrentamento da pandemia de COVID-19, no mês de junho de 2021.

§ 2º – O incentivo financeiro não é vinculado às despesas incorridas na competência constante no parágrafo anterior. (...)

Art. 10 – Os beneficiários devem manter arquivados os documentos relacionados no art. 25 do Decreto Estadual n.º 45.468/2010, repassados pelo Fundo Estadual de Saúde (FES) pelo prazo de dez anos, contado da data em que foi aprovado o processo de prestação de contas.

Parágrafo único – Constatadas irregularidades, o processo será baixado em diligência pela SES/MG, sendo fixado prazo de trinta dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas ou a devolução dos recursos liberados, atualizados monetariamente, sob pena da instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº102, de 17 de janeiro de 2008.

- Termo de Metas nº 1432/7482/2021, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o (a) Fundação Assistencial Viçosense.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE METAS tem por objeto a execução pela ENTIDADE BENEFICIADA das ações e serviços de saúde previstos na Resolução SES/MG nº 7482, de 20 de abril de 2021, no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante a definição de indicadores e metas.

PARÁGRAFO ÚNICO – O recurso financeiro previsto nesta Resolução, distribuído a título de incentivo emergencial e temporário, deverá ser utilizado para o custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID-19.

I – À ENTIDADE BENEFICIADA:

- a. executar as ações/serviços de saúde previstos na Resolução SES/MG nº 7482, de 20 de abril de 2021, em conformidade com os recursos humanos e técnicos próprios, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional;
- b. garantir a disponibilização dos leitos em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) COVID-19 adulto e/ou pediátrico, no SUSfácilMG conforme Plano de Contingência da Grade Hospitalar;
- c. aplicar o recurso financeiro exclusivamente na sua finalidade, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução SES/MG nº 7482, de 20 de abril de 2021;

Manifestação dos Recorrentes:

A Sra. T.B.L.B. (Pessoa Física), apresentou manifestação em relação a não conformidade da constatação nº 667138:

“Quanto a não conformidade da Constatação nº 667138, período sob a minha responsabilidade, o Hospital informou que se comprometerá em manter atualizadas todas as informações envolvendo o quantitativo e ocupação de leitos, como também o SCNES, conforme legislações vigentes para cadastro de leitos”.

A Fundação Assistencial Viçosense, mantenedora do Hospital São João Batista – representada pelo Presidente, Sr. J.M.D. (Pessoa Jurídica), e o Sr. J.A.N. (Pessoa Física), apresentaram a seguinte manifestação:

“Conforme solicitado, o Hospital realizou as devoluções dos recursos de acordo com o Quadro - Síntese e instruções para regularização das Constatações. Abaixo especificando o valor das devidas devoluções.

Fundo para Devolução	Dados Bancários para Devolução			Constatação	Valor Original (R\$)	
	Banco	Agência	Conta Corrente			
FMI	BB	0428-6	85580-4	667191	6.400,00	
FES	BB	1615-2	8491-3	667191	12.800,00	
FES	BB	1615-2	8491-3	667253	637,09	

FES	BB	1615-2	8491-3	668806	15.768,00	
42.101,05						
TOTAL						

Informamos que o número da conta para devolução das constatações nº 667253 e 668806, estavam incorretas no Quadro-Síntese, sendo assim o Serviço de Auditoria enviou um e-mail alterando as mesmas, as quais foram realizados os depósitos.

Segue em anexo os seguintes documentos referentes às devoluções:

Demonstrativo de Débito: cálculos realizados conforme solicitado (Anexo 01);

Comprovantes de Depósitos (Anexo 02);

Extrato bancário (Anexo 03).

Quanto a não conformidade da constatação nº 667138, o Hospital se compromete a manter atualizadas as informações envolvendo o quantitativo e ocupação e a regulação de leitos, como também o SCNES, conforme legislações vigentes para cadastro de leitos."

Pois bem, em relação às constatações nº 668806, nº 667253 e nº 667191, foram devolvidos os valores apontados pela equipe de auditoria.

Entretanto, em relação à constatação nº 667138, não houve comprovação das medidas adotadas para sanar a não conformidade, situação em que a penalidade de advertência escrita deverá ser mantida.

Conclusão

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes estabelecidos na Resolução SES-MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, mas que não houve apresentação de justificativas válidas, aptas, ao nosso entender, a afastar as não conformidades indicadas no Relatório Consolidado/Sistema Municipal de Saúde, situação em que opinamos pela manutenção das penalidades de Advertência Escrita aplicadas ao SMS de Viçosa.

Em relação à constatação nº 667138 (Relatório Consolidado/Hospital), ante à falta de suporte probatório apto a afastar a irregularidade identificada, entendemos pela manutenção da penalidade de Advertência Escrita.

No que se refere às constatações nº 668806, nº 667253 e nº 667191, foram encaminhados Demonstrativo de Débito, Comprovantes de Depósitos e Extrato Bancário, referentes às devoluções propostas pela equipe de auditoria. Desse modo, entendemos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento parcial, ficando mantidas as penalidades de Advertência Escrita e afastada a Medida Corretiva de devolução de recursos, em virtude do seu cumprimento.

Belo Horizonte, 9 de janeiro de 2025.

- 1 - Ciente.
- 2 - De acordo.
- 3 - Submeto à apreciação da Sra. Chefe de Gabinete desta Secretaria de Estado de Saúde.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **105797150** e o código CRC **59C4EBED**.

Referência: Processo nº 1320.01.0134931/2021-84

SEI nº 105797150